



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Programa de Pós-graduação Educação: Currículo  
Revista e-curriculum ISSN: 1809-3876

**PAULO FREIRE 90 ANOS**  
*LEMBRANÇAS PESSOAIS E COMENTÁRIOS*

**PAULO FREIRE 90 YEARS**  
*PERSONAL RECOLLECTIONS AND COMMENTS*

**GADOTTI, Moacir**

Professor titular da Universidade de São Paulo e Diretor do Instituto Paulo Freire.

Home page: [www.paulofreire.org](http://www.paulofreire.org)



Revista e-curriculum, São Paulo, v.7 n.3 DEZEMBRO 2011  
EDIÇÃO ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO DE PAULO FREIRE  
<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>



## RESUMO

Neste texto, o autor relembra momentos da convivência com Paulo Freire, estabelecendo com ele um diálogo, na forma de cartas, comentando e analisando a sua contribuição ao paradigma da educação, o qual fundamenta uma visão de currículo. O artigo realça a luta de Paulo Freire por uma escola pública com qualidade social e a atualidade do seu pensamento na defesa de uma pedagogia comprometida com a cidadania ativa e de uma docência baseada na valorização profissional ético-política.

Palavras chave: Educação Popular; Currículo; Pedagogia do Oprimido; Diálogo; Exílio.

## ABSTRACT

*In this paper, the author reminds moments that he lived with Paulo Freire, establishing a dialogue in letter style, commenting and analyzing his contribution to the paradigm of education, which supports a curriculum vision. The text also highlights the struggle of Paulo Freire to build a public school with social quality and his contemporary thought in defense of a pedagogy compromised with active citizenship and a teaching based on ethical and political professional valorization.*

**Key words:** *Popular Education; Curriculum; Pedagogy of the Oppressed; Dialogue; Exile.*





Caros leitores, caras leitoras,

A professora Ana Maria Saul pede-me para escrever um texto sobre os 90 anos de Paulo Freire para a Revista *e-curriculum* do Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo da PUCSP. O pedido chegou justamente no momento em que estou lendo o livro *44 cartas do mundo líquido moderno* de Zygmunt Bauman. Pensei, então, em escrever esse artigo na forma literária de uma carta, um estilo de escrita muito utilizado por Paulo Freire, um estilo que traduz sua pedagogia da interface, do diálogo, onde educar é estabelecer relações de proximidade.

Paulo Freire dava muita importância à forma, ao método, à relação, para além dos conteúdos. Isso não significa que ele descuidasse dos conteúdos, do saber científico, da rigorosidade. Muito pelo contrário. Ele queria, justamente, que os conteúdos fossem devidamente tratados, com o cuidado da linguagem. O gênero carta é intencionalmente pedagógico na sua obra. Não há como escrever cartas sem um forte envolvimento pessoal. É assim que me sinto agora, escrevendo esse texto.

O gênero carta pessoaliza, expõe a intimidade. Uma carta pode dirigir-se a um grande público, mas, a princípio, ela se dirige a cada um. Uma carta convida a uma aproximação entre quem escreve e quem lê; ela possibilita a cumplicidade entre eles. Quem escreve cartas espera resposta, convida à continuidade, ao estabelecimento de uma relação mais pessoal.

Paulo Freire usou o gênero carta também como um suporte novo da educação popular, como uma poderosa ferramenta pedagógica de diálogo. O gênero carta não se presta ao discurso autoritário. As cartas se destinam muito mais para fazer um convite às pessoas. Ele chamava a atenção para o conteúdo das formas. O que ele disse por meio das formas é muito importante para a formação do educador.

Em Sócrates, o diálogo dá-se entre quem sabe - o filósofo - e quem não sabe, o ignorante, o escravo. Nos escritos de Paulo, há uma relação de reciprocidade e de igualdade na relação dialógica. Ele valoriza o diálogo como processo de humanização de ambos os sujeitos. Podemos dizer que, nas suas cartas, existe uma espécie de “co-respondência” e uma





“co-perguntância”, isto é, não é só um que responde à pergunta de outro: os dois perguntam e respondem.

Tudo isso para justificar a meus possíveis leitores e leitoras o meu atrevimento em escrever esta carta a Paulo Freire pela passagem dos seus 90 anos. Ele já nos deixou e poderia soar estranho escrever a alguém que já faleceu. Mas não posso deixar de constatar que também, de certa forma, Paulo Freire está vivo hoje pela presença do que ele nos deixou como legado. Ao sair da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo em 1991 ele escreveu uma carta-manifesto dizendo que estava deixando o cargo “à maneira de quem, saindo, fica” (FREIRE, 1991, p.143). Ele nos deixou em 1997, ele saiu da vida, mas, por tudo o que fez, também ficou.

Neste texto gostaria de lembrar alguns pontos do que ficou, assumindo o risco de escrever na forma de cartas, ora dirigindo-me a ele, ora fazendo comentários para os meus possíveis leitores e leitoras. Zygmunt Bauman nos diz que cartas são “histórias de e sobre viagens” (BAUMAN, 2011, p.9). É um pouco dessas viagens, convivências e aprendizados que estou falando aqui, continuando um diálogo que por tantos anos estabeleci com ele.

\* \* \*

Caro amigo Paulo,

Tenho muitas lembranças de mais de duas décadas de convivência e amizade. Tomo a liberdade de retomar passagens dessa convivência como forma de atualizar a memória de um tempo que compartilhamos. Por que trago à tona esses contextos? Porque, entre mim e você, neste diálogo, há o leitor, a leitora, que participam dessa conversa e que, não necessariamente, conhece o que já é sabido por nós. Por isso, Paulo, ao refletir sobre sua trajetória, no contexto de seus 90 anos, busco lembranças, memória, retomo passagens como forma de manter vivos fatos que configuraram uma história.

Começemos pelos anos 70. Conheci você pessoalmente em Genebra, em 1974. O contato com a sua obra era anterior, 1967, quando você publicou *Educação como prática da*





*liberdade*. Sobre esse livro, fiz meu trabalho final de Licenciatura em Pedagogia, em São Paulo, concluída no mesmo ano da sua publicação.

Comecei a trabalhar com você a partir de 1974. Primeiramente, foram as trocas de ideias sobre a situação brasileira, dez anos depois do golpe militar de 1964. Engajamo-nos em campanhas para auxiliar refugiados políticos. Foram muitos os encontros na cantina do Conselho Mundial de Igrejas onde você trabalhava. Você sempre tratava a todos com enorme cortesia e paciência, sempre sonhando com algo, projetando algo, atendendo inúmeros estudantes, professores e outros profissionais de vários países, dando entrevistas, lendo e escrevendo, discutindo. Depois de me orientar pedagogicamente por três anos, em 1977 você participou da banca de meu doutoramento na Universidade de Genebra. Minha tese foi sobre educação permanente, uma educação ao longo de toda a vida.

Em 1977 eu estava em Genebra, planejando voltar ao Brasil, quando recebi um convite para lecionar na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Você me confidenciou que se pudesse também voltaria, mas tinha receio de sofrer novas perseguições políticas. Voltaria se conseguisse um contrato com uma universidade pública que, como você me disse, lhe daria maior segurança. Você temia represálias de um ciclo autoritário que não havia sido ainda fechado.

Ao retornar ao Brasil, naquele ano, eu procurei a Universidade de São Paulo e a Unicamp para falar sobre o assunto. O diretor da Faculdade de Educação da Unicamp, professor Eduardo Chaves, encaminhou a proposta de sua contratação, que foi plenamente aceita pelos órgãos internos da Faculdade. Mas a tramitação do processo foi retardada pelo Reitor. Alunos e professores da Faculdade de Educação fizeram, então, várias manifestações públicas para exigir a sua vinda. Nesse ínterim, Dom Paulo Evaristo Arns, Grão Chanceler da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, começou as negociações para trazer Freire. Mas as dificuldades não eram apenas de contratação. O governo brasileiro negava a anistia a oito brasileiros. Entre eles, Paulo Freire.

Em 1978, Paulo havia sido convidado para abrir um seminário de educação, no Brasil, precisamente em Campinas, mas lhe negaram o passaporte para regressar. Contudo, por uma artimanha muito bem montada pela Comissão Organizadora do evento, Paulo Freire pôde fazer, "clandestinamente" (por telefone), a abertura do *I Seminário de Educação Brasileira*,





realizado em setembro daquele ano. Era a primeira vez que os educadores se reuniam livremente, desde o início da ditadura militar (1964), a primeira vez que estavam ouvindo a voz de Paulo Freire. Ela soava misteriosa e subversiva. Paulo falou de sua alegria de se dirigir aos professores brasileiros depois de catorze anos de exílio. Sua fala foi emocionada, afirmando que sua palavra “não poderia ser outra senão uma palavra afetiva, uma palavra de amor, uma palavra de carinho, uma palavra de confiança, de esperança e de saudades também, saudade imensa, grandona, saudades do Brasil, desse Brasil gostoso, desse Brasil de nós todos, desse Brasil cheiroso, distante do qual estamos há 14 anos, mas, distante do qual nunca estivemos também” (PAULO FREIRE in GADOTTI, M., org, 1996, p.165).

Paulo estava com muitas saudades do Brasil. Queria retornar, mas sem o passaporte era impossível. Aqui dentro, no Brasil, a luta pela anistia ganhava cada vez mais espaço nas ruas e na mídia progressista e o governo militar teve que ceder. No ano seguinte, finalmente, Paulo e sua esposa Elza puderam retornar ao país. Dia 20 de junho de 1979, antes de voltar, Paulo me escrevia: “que vontade danada de dar um pulinho até ai; vontade mais danada ainda de, aproveitando o pulinho, ficar aí. Se o problema de nossos passaportes já tivesse sido resolvido, nossa intenção era ir aí logo que terminasse o Seminário que vou coordenar na Universidade de Michigan no mês de julho. Tudo indica, porém, que visitaremos o Brasil este ano ainda. O nosso advogado está absolutamente convencido de que, durante o mês de julho, ganharemos o mandado de segurança. Se assim acontecer, estaremos aí talvez em setembro, desde que possamos enfrentar as despesas com as passagens”. No dia 7 de agosto daquele ano ele voltaria ao Brasil pela primeira vez depois do exílio.

Caro Paulo,

Gostaria de lembrar também um pouco dos anos 50, daquele contexto de efervescência política no qual você enraizou seu pensamento que inspira não só o currículo das escolas, mas toda educação como prática da liberdade.

Olho para a Europa, para os Estados Unidos e para outros países onde a direita está ressurgindo. A intolerância e a arbitrariedade que você combateu retoma com roupagens





fascistas em países que se dizem exemplos de interculturalidade. Olhando em outra direção, volto-me para a América Latina e vejo o ressurgimento da democracia, mesmo que num ritmo mais lento do que gostaríamos. Um exemplo para o mundo. Pergunto-me, então, se não foi também devido ao seu trabalho, ao seu exemplo, à sua militância, iniciados na década de 50 do século passado, que essas conquistas são hoje possíveis na América Latina.

Foi na década de 50 que se iniciou esta profunda história de ideias, práticas e acontecimentos no campo da educação na América Latina e que chamamos de educação popular. Sem esse movimento fecundo, certamente, não teria nascido, justamente aqui, o Fórum Social Mundial. Como concepção da educação, a educação popular é uma das mais belas contribuições da América Latina ao pensamento pedagógico universal. Isso se deve, em grande parte, à atuação internacional de um dos seus mais importantes representantes: Paulo Freire. Você deixou, por onde passou, as sementes de uma concepção popular emancipadora da educação. Essas sementes floresceram em numerosos grupos e organizações, nas últimas décadas, unindo conscientização e organização popular. Ao contrário de concepções educacionais nascidas nos gabinetes dos burocratas ou de pedagogistas bem intencionados, a educação popular nasceu, na América Latina, no calor das lutas populares.

A educação popular nascida aqui, como prática educacional e como teoria pedagógica, pode ser encontrada hoje em todos os continentes, manifestada em concepções e práticas muito diferentes. Como concepção geral da educação, ela passou por diversos momentos epistemológico-educacionais e organizativos, desde a busca da conscientização, nos anos 50 e 60, e a defesa de uma escola pública popular e comunitária, nos anos 70 e 80, até a escola cidadã, nas últimas décadas, num mosaico de interpretações, convergências e divergências. Tudo isso faz parte do seu legado, meu caro amigo.

Hoje, uma das expressões mais vivas da educação popular está na educação de jovens e de adultos. Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida, comprometem o seu processo de alfabetização. Falamos de “jovens e adultos” referindo-nos à “educação de adultos”, porque aqueles que frequentam os programas de educação de adultos, são, majoritariamente, jovens trabalhadores. A educação popular tem-se constituído num





paradigma teórico que trata de codificar e decodificar os temas geradores das lutas populares, busca colaborar com os movimentos sociais e os partidos políticos que expressam essas lutas; trata de diminuir o impacto da crise social na pobreza e de dar voz à indignação do pobre, do oprimido, do indígena, do quilombola, do camponês, da mulher, do negro, do analfabeto e do trabalhador industrial.

As possibilidades de futuro da educação popular são enormes. Destaco aqui algumas das intuições originais que você nos deixou e que estão presentes em muitas práticas educativas populares: a ênfase nas condições gnosiológicas da prática educativa; a educação como produção e não meramente como transmissão do conhecimento; a luta por uma educação emancipadora que suspeita do arbitrário cultural o qual, necessariamente, esconde um momento de dominação; a defesa de uma educação para a liberdade, precondição da vida democrática; a recusa do autoritarismo, da manipulação, da ideologização que surge também ao estabelecer hierarquias rígidas entre o professor que sabe (e por isso ensina) e o aluno que tem que aprender (e por isso estuda); a defesa da educação como um ato de diálogo no descobrimento rigoroso, porém, por sua vez, imaginativo, da razão de ser das coisas; a noção de uma ciência aberta às necessidades populares e um planejamento comunitário e participativo.

O grande número de noções que fundam a educação popular, hoje espalhada pelo mundo, como paradigma teórico, colocando-a num plano diferente da educação tradicional, bancária, e da educação como razão instrumental, nos indica que o seu otimismo, caro Paulo, não era infundado. É verdade, a educação popular hoje se constitui num mosaico de teorias e de práticas. Mas elas têm em comum, nas diversas partes do mundo, o compromisso com os mais pobres, portanto, com a emancipação humana. São perspectivas razoáveis, sérias, fundamentadas, cotejadas constantemente com a dureza dos fatos. Todas refletem uma recusa à educação do colonizador, que visa a colonizar mentes e corações. Não uma recusa oportunista ou servil, mas uma recusa utópica e amorosa, uma recusa que aceita duvidar das próprias condições de produção científica e das certezas alcançadas, para evitar a mistificação da razão prática. Uma série de perspectivas que coincidiram em várias opiniões, uma delas, a busca de uma ciência social e educativa integradora, radical, cognitiva e afetiva, e, ao mesmo tempo, heurística, consciente de que é impossível separar a ciência dos interesses humanos.







Sem a educação popular, sem a sua contribuição, Paulo, teórica e prática, a esse paradigma educacional, a teoria da educação na América Latina e, por que não, no mundo, seria muito pobre.

Caro Paulo,

Minhas lembranças mostram-me algo que está presente sempre em seu pensamento: a inseparabilidade entre vida e obra, entre teoria e prática. Costumo dizer que tudo o que você escreveu é auto-biográfico, tamanha a presença do autor em seus escritos. Seus escritos tem uma autoria forte, comprometida, pessoal e intransferível.

Nesse contexto, retomo os chamados “anos de chumbo”, de brutalidade e de insensatez, que você viveu e nos quais enraizou a sua *Pedagogia do oprimido*. Há pouco tempo (2008), celebramos os quarenta anos dessa obra. Lembro-me de que você comentou, certa vez, de que estava receoso no Chile, em 1968, pois os manuscritos da *Pedagogia do oprimido* poderiam ser confiscados e você pediu para datilografá-los distribuindo algumas cópias para que o texto não se perdesse. Haviam surgido boatos de que forças da inteligência chilena estariam atrás de um livro “subversivo e perigoso”.

Hoje temos no Centro de Referência Paulo Freire, em São Paulo, um *fax simile* dos manuscritos que você entregou, em 1968, aos cuidados de Jacques Chonchol e de Maria Edy, esposa dele. Aos entregar-lhes os manuscritos, numa carta escrita a eles, na “primavera de 68”, você fala das saudades que tinha de Recife, após quatro anos de exílio, “de suas pontes, suas ruas de nomes gostosos: Saudade, União, 7 pecados, rua das creoulas, do Chora menino, ruas da Amizade, do Sol, da Aurora”. Você dizia ter deixado “o mar de água morna, as praias largas, os coqueiros”, deixava “o cheiro da terra e das gentes do trópico, os amigos, as vozes conhecidas”. E afirmava que estava deixando o Brasil, mas também “trazia o Brasil” e “chegava sofrendo a ruptura entre o meu projeto e o projeto do meu País”. Esta carta acompanha hoje os seus manuscritos disponíveis no Centro de Referência do Instituto Paulo Freire.





Nos originais não há nenhum título para aquele livro e nem títulos para os seus quatro capítulos. Até a 17ª edição (1987), só apareciam, no início de cada um de seus capítulos, os assuntos destacados por você nos manuscritos. Os originais começam com a sua conhecida dedicatória: “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”. Considero essa dedicatória a essência mesma do seu legado.

O professor Ernani Maria Fiori foi um dos primeiros leitores dos manuscritos, ao lado de Elza Freire, esposa de Paulo, que acompanhou a escrita desde o início. Você pediu que Ernani Fiori apresentasse o livro. Ele aceitou o convite e deu à apresentação um título sugestivo: “Aprenda a dizer sua palavra”. Embora os seus manuscritos não tivessem nenhum título, Fiori termina apresentação afirmando que, tomar a palavra “dos que a detém e a recusam aos demais, é um difícil”, mas essa tomada é imprescindível para o aprendizado do oprimido. Essa seria a “pedagogia do oprimido” (FREIRE, 1978, p.15). Ele estava sugerindo, assim, um título para o livro.

As primeiras edições do livro não foram inteiramente fiéis aos originais. Você sabia disso, Paulo. Por isso, numa dedicatória que me fez da 17ª edição (1987), você afirma que aquela era a “primeira edição decente” do livro. Mesmo assim, como você não dispunha mais de nenhuma cópia dos seus originais, algumas omissões continuam até hoje.

É curioso, durante as primeiras edições do livro, no quarto capítulo, à página 158, havia, estranhamente, mais de meia página em branco. Consultando os originais, percebe-se que Paulo havia feito (à página 15 do quarto capítulo) um gráfico, opondo a “Teoria da Ação Revolucionária” à “Teoria da Ação Opressora”. Não se sabe porque havia sido omitido esse quadro explicativo, resumindo, graficamente, a “intersubjetividade” - a relação horizontal entre os “sujeitos-atores (lideranças revolucionárias) e os atores sujeitos” (massas oprimidas) da teoria da ação revolucionária - e a relação vertical entre atores e sujeitos, na teoria da ação opressora. Enquanto a primeira teoria leva à humanização, afirma você, a segunda leva à “manutenção objetiva da opressão”.

Esse quadro explicativo tinha tudo a ver com a relação entre os intelectuais e as massas. Você dava grande importância à teoria para uma práxis transformadora. E termina o livro justamente chamando a atenção para isso: “Todo o nosso esforço neste ensaio foi falar





desta coisa óbvia: assim como o opressor, para oprimir, precisa de uma teoria da ação opressora, os oprimidos, para libertar-se, igualmente necessitam de uma teoria de sua ação” (FREIRE, 1978, p.217). E adverte, a seguir: o povo, “enquanto esmagado e oprimido, introjetando o opressor, não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação transformadora. Somente no encontro dele com a liderança revolucionária, na comunhão de ambos, na práxis de ambos, é que esta teoria se faz e se re-faz”. E termina o livro dizendo que “se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar” (FREIRE, 1978, p.218).

Pergunto-me hoje quais foram as condições, o contexto, no qual você escreveu esse livro e busco a resposta justamente no “rencontro com a Pedagogia do oprimido”, subtítulo de sua *Pedagogia da esperança* (FREIRE, 1992). Aí você diz que foi a efervescência latino-americana dos anos 60: “Santiago virou quase uma espécie de 'cidade-dormitório' para intelectuais, políticos de opções as mais variadas. Neste sentido talvez tenha sido Santiago, em si mesma, naquela época, o melhor centro de 'ensino' e de conhecimento da América Latina. Aprendíamos das análises, das reações, das críticas feitas por colombianos, venezuelanos, cubanos, mexicanos, bolivianos, argentinos, paraguaios, brasileiros, chilenos, europeus. Análises que iam da aceitação quase sem restrições à Democracia Cristã à sua total rejeição. Críticas sectárias, intolerantes, mas também críticas abertas, radicais, no sentido que defendo” (FREIRE, 1992, p.45). Na mesma página você chama a atenção também para “maio de 68”, e para os “movimentos estudantis mundo afora, rebeldes, libertários” e para o filósofo Herbert Marcuse, com sua “influência sobre a juventude”. E fala ainda da China de Mao Tsé-Tung e da revolução cultural.

Não há dúvida de que você escreveu *Pedagogia do oprimido* no contexto dos fortes movimentos emancipatórios daquela década, movimentos de mulheres, estudantes, camponeses, trabalhadores, negros, movimentos sociais e populares, movimentos de contracultura (*hippies*), pelos direitos humanos, a presença da Guerra Fria (KIRKENDALL, 2010), o assassinato de Che Guevara (1967) e de Martin Luther King (1968), a Primavera de Praga (1968), entre outros fatos que tiveram grande repercussão naquele momento.





Em sua *Pedagogia da esperança*, você reconhece as críticas que recebeu referentes à *Pedagogia do oprimido*: “ao escrever esta *Pedagogia da esperança*, em que repenso a alma e corpo da *Pedagogia do oprimido*, solicitarei das casas editoras que superem a sua linguagem machista. E não se diga que este é um problema menor porque na verdade, é um problema maior. Não se diga que, sendo o fundamental a mudança do mundo malvado, sua recriação, no sentido de fazê-lo menos perverso, a discussão em torno da superação da fala machista é de menor importância, sobretudo porque mulher não é classe social” (FREIRE, 1992, p.68).

Analisando a trajetória do seu livro, você analisa também outras críticas; fala do problema da “inteligibilidade do texto” e as “críticas à linguagem tida como quase impossível de ser entendida e, de tal maneira rebuscada e elitista, que não podia esconder nela a minha 'falta de respeito ao povo'” (FREIRE, 1992, p.74). Gostei do que você escreve na página 76, onde você adverte o leitor de que não se deve prosseguir a leitura de um texto sem captar o significado de alguma palavra: “Ler um texto é algo mais sério, mais demandante. Ler um texto não é 'passar' licenciosamente, pachorrentamente, sobre as palavras. É apreender como se dão as relações entre as palavras na composição do discurso. É tarefa de sujeito crítico, humilde, determinado” (FREIRE, 1992, p.76). Assim escrevendo você adverte aqueles leitores apressados que não costumam ir ao dicionário com frequência porque “não têm tempo”. Em outro trecho você se refere ainda a alguns “mal-entendidos” em relação ao que escreveu e afirma: “Não posso ser responsabilizado, devo dizer, pelo que se diga ou se faça em meu nome, contrariamente ao que faço e ao que digo; não vale afirmar, como certa vez, alguém, com raiva, o fez: 'Você pode não ter dito isto, mas pessoas que se dizem discípulas suas disseram'” (FREIRE, 1992, p.88-89). Você certamente não podia se reconhecer em interpretações contraditórias de sua obra. Mesmo porque não deixou discípulos como seguidores de ideias.

Pergunto-me ainda porque esse seu livro teve tanto reconhecimento, tanta aceitação, e por públicos tão diversos?

Creio que há uma razão básica que explica tamanha repercussão: podemos dizer que você construiu uma teoria geral, uma filosofia da vida e da educação, um discurso que atende a públicos muito diversos e que atravessou tanto as fronteiras geográficas quanto as fronteiras das ciências e das profissões. A sua teoria vai para além da América Latina. Ao mesmo tempo





em que as suas reflexões foram aprofundando o tema que você perseguiu por toda a vida – a educação como prática da liberdade – suas abordagens transbordaram-se para outros campos do conhecimento, criando raízes nos mais variados solos, fortalecendo teorias e práticas educacionais, bem como auxiliando reflexões não só de educadores, mas também de médicos, terapeutas, cientistas sociais, filósofos, antropólogos e outros profissionais. Você escreveu para físicos, estudantes, pais e mães, operários, camponeses e outros.

Pessoas muito diferentes se encontraram em sua *Pedagogia do oprimido*, identificaram-se com o seu ponto de vista. O livro ressoou nos mais diversos ambientes, seja na academia, seja na sociedade. Sindicatos, igrejas, movimentos sociais e populares foram responsáveis por uma grande difusão e debate de suas ideias, servindo de guia para a ação transformadora. Os alfabetizadores, os intelectuais de esquerda, indígenas, marginalizados, militantes políticos, universitários, pobres, e não pobres comprometidos com os mais empobrecidos, políticos, trabalhadores sociais e outros, se utilizaram de suas teses para defender seus próprios pontos de vista.

A *Pedagogia do oprimido*, que é sem dúvida a sua obra mais importante, foi traduzida e vem sendo publicada em mais de vinte idiomas. Isto prova a atualidade de seu pensamento. O problema da libertação dos oprimidos, principalmente com a arrancada neoliberal, continua se apresentando, até hoje, como o maior desafio dos homens e das mulheres que constroem o seu tempo e o seu espaço histórico nesse início de século 21. Só para falar da atualidade deste livro: acaba de sair (2011) uma nova edição italiana de *La pedagogia degli oppressi*, com prefácio de Sílvia Maria Manfredi e Piergiorgio Reggio, contextualizando a obra neste momento novo que vive a Europa de crise da multiculturalidade e os conflitos que surgem com a questão da migração de asiáticos e africanos. Dizem os prefaciadores que, depois de um período de “declínio” da obra, agora ela está tendo um “interesse renovado” neste novo contexto europeu de “injustiça, marginalidade e exclusão social” (MARIA MANFREDI; PIERGIORGIO REGGIO In FREIRE, 2011, p.14). É preciso continuar lendo Freire também porque ele continua respondendo a questões da atualidade.





Caro Paulo,

Continuando nessa linha do tempo de seus 90 anos, gostaria de destacar os anos do período do exílio e de como eles contribuíram na sua formação. Na conversa que você teve com Frei Betto, você se refere ao grande aprendizado no qual se constituiu o exílio, longe do Brasil. Você diz que ele foi profundamente pedagógico: “foi exatamente ficando longe dele, preocupado com ele, que me perguntei sobre ele. E, ao me perguntar sobre ele, me perguntei sobre o que fizeram com outros brasileiros, milhares de brasileiros da geração jovem e da minha geração. Foi tomando distância do que fiz, ao assumir o contexto provisório, que pude melhor compreender o que fiz e pude melhor me preparar para continuar fazendo algo fora do meu contexto e também me preparar para uma eventual volta ao Brasil” (PAULO FREIRE In FREIRE; BETTO, 1985, p.56). Você diz que aprendeu mais sobre a tolerância, a superação de preconceitos, a conviver com os diferentes “para brigar melhor com o antagônico” (PAULO FREIRE In FREIRE; BETTO, 1985, p.58).

Quero destacar, nesse processo a experiência do Chile e da África. O Chile e a África “radicalizaram” o seu pensamento, como você sempre sustentou, amadureceu suas reflexões e experiências nascidas em seu país de origem. Uma fecunda produção intelectual foi o resultado desse amadurecimento. Um de seus estudiosos chilenos (GUILLERMO WILLIANSO C. In GADOTTI, org. 1996, p.184) sustenta que “o exílio iniciado em 1964 marca uma nova fase no pensamento freiriano, particularmente quando estabelece um vínculo mais claro, da educação com a política”. Você deixou marcas no Chile e o Chile também deixou marcas em você.

A sua primeira visita à África foi no final de 1971, como membro do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas, com sede em Genebra, onde você morava exilado. Você foi para Zâmbia e Tanzânia onde teve contato com vários grupos engajados em movimentos de libertação e colaborou na Campanha de Alfabetização da Tanzânia, onde encontrou o presidente Julius Nyerere (1922-1999), conhecido como “professor”. Nyerere foi o primeiro tanzaniano a estudar numa universidade britânica. Fundou, em 1954 o partido Tanganyika African National Union (TANU), que levou o seu país à independência da Grã-Bretanha em 1962.





Esses e outros países, em processo de descolonização e reconstrução nacional, tinham por base de suas políticas o princípio da *auto-determinação*, uma filosofia política baseada no resgate da autoconfiança (“self-reliance”) e na valorização da sua cultura e da sua história. Sobre uma dessas experiências, a de Guiné-Bissau, Paulo Freire escreveu uma das suas obras mais importantes: *Cartas à Guiné-Bissau* (FREIRE, 1977). Na busca de um novo aprendizado ele procurou entender a cultura africana pelo contato direto com o seu povo e com seus intelectuais. Mais tarde, esse aprendizado foi por ele reconhecido e relatado na obra que escreveu em parceria com Antonio Faundez, um educador chileno exilado na Suíça: *Por uma pedagogia da pergunta* (FREIRE; FAUNDEZ, 1985).

O seu trabalho na África foi decisivo para a sua trajetória, não só por reencontrar-se com sua própria história e por empreender novos desafios no campo da alfabetização de adultos, mas, principalmente, pelo encontro com a teoria e a prática desse extraordinário pensador e revolucionário que foi Amílcar Cabral (1924-1973) por quem Paulo Freire nutria enorme apreço e sobre o qual estava planejando escrever uma biografia. Em suas obras, ele faz frequentes referências ao pensamento de Amílcar Cabral. A África, berço da humanidade, foi para Paulo Freire uma grande escola.

Nas primeiras experiências de Paulo Freire no Brasil e no Chile ele centrava mais a sua atenção na alfabetização como processo de politização, em busca de uma educação “conscientizadora” (BEISIEGEL, 2008, p.125). Após a experiência africana e de seu retorno ao Brasil, em 1980, ele sublinhou também a importância do associativo e do produtivo no processo de alfabetização de adultos. A alfabetização era associada ao aprendizado de novas formas e novas técnicas de produção, como as cooperativas agrícolas, por exemplo, não dissociando o trabalho intelectual do trabalho manual. Foi por meio da experiência que teve em Moçambique, a partir de 1976, que ele sublinhou a importância da relação entre o produtivo e o pedagógico.

O contexto africano, resultante das lutas de independência, era diferente do que ele havia vivido no Brasil e no Chile. Carlos Alberto Torres, o primeiro grande crítico de Paulo Freire (TORRES, 1975) e estudioso de sua obra, afirma que “a experiência na Tanzânia ofereceu a Freire a oportunidade de trabalhar dentro do experimento socialista, com plano centralizado, com um partido socialista revolucionário e um substantivo interesse em





educação de adultos como uma real alternativa metodológica para o sistema formal de instrução” (CARLOS ALBERTO TORRES In GADOTTI, org. 1996, p.134-135). Antonio Faundez (1994) aponta que a visão democrática de Paulo Freire sofreu resistência de alguns dirigentes tanzanianos mostrando as contradições vividas no próprio socialismo tanzaniano no que se refere à política de alfabetização.

As experiências de Paulo Freire na África, remodelaram sua pedagogia. Inserido em processos de reconstrução nacional, realizou a simbiose entre educação e e forças produtivas, incorporando o trabalho como princípio educativo. Essa evolução no seu pensamento ele a deve ao seu encontro com a África e foi muito importante nas obras escritas posteriormente. Paulo Freire sim, radicalizou, na África, o seu pensamento. Sua pedagogia continuou humanista, mas agora entendendo melhor, na prática, como o sistema econômico era desumanizador.

Paulo,

Continuemos enquanto a paciência do leitor nos acompanha. Vamos lembrar de outro momento: você como Secretário Municipal de Educação de São Paulo e nossas discussões sobre currículo, orientadas por Ana Maria Saul. Poucos acreditavam que você iria aceitar o convite da recém eleita prefeita Luiza Erundina, no final de 1988. Mas, você nos dizia que seria falta de coerência não aceitar. E lá foi você, com uma equipe solidária, assumir esse novo desafio.

Ao assumir a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, dia 2 de janeiro de 1989, você nos falava de uma “nova qualidade” da educação, sustentando que uma “escola pública popular”, uma escola com uma “nova cara”, deveria ser avaliada por outros padrões: a qualidade não deveria ser medida apenas pelos “palmos de saber sistematizado” que foram aprendidos, mas também pelos laços de solidariedade que foram criados. Você queria incluir na sua noção de qualidade da educação não só os saberes curriculares, mas também a formação para a cidadania, ou melhor, você nos dizia que a cidadania deveria ser parte essencial do currículo.







Qualidade na educação implica saber de que educação estamos falando, já que não existe uma só concepção de educação. Defendíamos uma educação emancipadora como direito humano. A educação é um direito humano, portanto, para todos e todas. Educação boa para poucos não é de qualidade. É educação como privilégio.

Durante os anos em que você coordenou a Secretaria Municipal de Educação e depois com Mário Sérgio Cortella, ao lado, entre outros e outras, de Ana Maria Saul, de Lisete Arelaro, Selma Rocha, de Olgair Gomes Garcia, Pedro Pontual, Stela Graciani, de sua nova esposa Ana Maria Araujo Freire, você presenciou muitas discussões sobre currículo e política educacional. A sua gestão foi um grande laboratório que permitiu grandes conquistas, hoje continuadas e reinventadas por numerosas Secretarias Municipais de Educação que seguiram sem modo docente de ser (SAUL, org. 2000).

Muitos dos seus leitores são professores e professoras, profissionais que trabalham na escola. Por isso, permito-me refletir um pouco mais sobre o seu conceito de escola. Lembro de você como alguém que sempre falava bem da escola, mesmo quando a criticava como conservadora e burocrática. Você a concebia como um espaço de relações sociais e humanas. Uma das suas contribuições originais em relação à escola refere-se à importância da informalidade na aprendizagem: “se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significação” (FREIRE, 1997, p.50). Ele nos falava da “boniteza de ser gente” (FREIRE, 1997, p.67) e da beleza de ser professor. Ele chamava a atenção para a essencialidade do componente estético na formação do educador e da importância da “boniteza” das escolas, da importância formadora dos espaços: “é incrível que não imaginemos a significação do discurso 'pronunciado' na e pela limpeza do chão, na beleza das salas, na higiene dos sanitários, nas flores que adornam. Há uma pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço” (FREIRE, 1997, p.50).

Paulo Freire foi um defensor da escola pública que é a escola da maioria, das periferias, dos cidadãos que só podem contar com ela. Ele entendia a escola pública como "escola pública popular" - grande mote de sua gestão na Secretaria de Educação da Prefeitura





de São Paulo - como "escola cidadã". Ele defendia uma escola pública como espaço de resgate científico da cultura popular, uma escola como espaço de organização política das classes populares e instrumento de luta contra-hegemônica.

Dia 19 de março de 1997, *nos Arquivos Paulo Freire*, em São Paulo – hoje Centro de Referência Paulo Freire do Instituto Paulo Freire - numa entrevista concedida à TV Educativa do Rio de Janeiro, ele falou de sua concepção da “escola cidadã”: “a escola cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A escola cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A escola cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a escola cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia”. Paulo Freire associava, na sua concepção de escola, a noção de cidadania e de autonomia.

Desde seus primeiros escritos, Paulo Freire considerou a escola muito mais do que as quatro paredes da sala de aula. Criou o “Círculo de Cultura”, como expressão de sua pedagogia que não reduzia a escola à noção simplista de “aula”. Na sociedade do conhecimento de hoje isso é muito atual já que agora o “espaço escolar” é muito maior do que a escola.

Paulo,

Ia esquecendo... você foi anistiado. Só depois de 12 anos de sua partida. O Ministério da Justiça, por meio de sua Comissão de Anistia e de acordo com a Lei da Anistia de 1979, que permitiu a volta dos exilados, fez o seu julgamento político no contexto do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, que teve lugar em Brasília, de 23 a 27 de novembro de 2009.





Você foi um dos primeiros cidadãos brasileiros a ser punido pelo regime autoritário. Seu *Programa Nacional de Alfabetização*, que mal havia sido instituído, por meio do Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964 e que consagrava o “Sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido”, foi extinto pelo novo regime, logo após o golpe de estado de 1 de abril de 1964. Ranieri Mazzilli, presidente em exercício nos primeiros dias que se sucederam ao Golpe Militar, extinguiu esse programa, por meio do Decreto nº 53.886, de 14 de abril de 1964, considerando a necessidade de “reestruturar o Planejamento para a eliminação do analfabetismo no país (...), veicular ideias nitidamente democráticas e preservar as instituições e tradições de nosso país”. O *Programa Nacional de Alfabetização* previa a “cooperação e os serviços” de “agremiações estudantis e profissionais, associações esportivas, sociedades de bairro e municipalista, entidades religiosas, organizações governamentais, civis e militares, associações patronais, empresas privadas, órgãos de difusão, o magistério e todos os setores mobilizáveis” (In FREIRE, 2006, p.144). Desde seus primeiros escritos e sua práxis político-pedagógica, você preconizava a necessidade da participação popular na luta contra o analfabetismo.

Lembro aqui que Paulo Freire foi preso no mês de junho de 1964, e passou 75 dias numa cadeia do quartel de Olinda, acusado de “subversivo e ignorante”. Detalhe: na prisão, um dos oficiais responsáveis pelo quartel, sabendo que ele era professor, solicitou a Paulo Freire para alfabetizar alguns recrutas. Paulo explicou-lhe que foi exatamente porque queria alfabetizar que fora preso. Alguns de seus alunos também foram presos e passaram por outras dificuldades depois da experiência de Angicos (1963), considerada subversiva e mais tarde, extinta.

Saindo às pressas para o exílio no Chile, Paulo Freire não pode ser acompanhado pela esposa Elza que se reuniu a ele mais tarde, com os filhos. Ao sair do Brasil ela teve que pedir demissão do emprego para não ser demitida por abandono de cargo. Deixou para trás 21 anos de magistério e 10 como diretora de escola. Escreveu ela em setembro de 1977: “a coisa que realmente a gente sente é no outro dia quando amanheci no Chile, não ter trinta e cinco professores nem 600 alunos que era a população do meu grupo escolar. Isso eu realmente senti” (FREIRE, 1980, p.201). Foram 16 anos de exílio junto com Paulo.





A concessão da anistia a Paulo Freire não é somente um ato simbólico; é também um ato de reparação ao sofrimento de sua sua esposa Elza e de seus cinco filhos – Madalena, Fátima, Cristina, Joaquim e Lugardes – que, juntamente com seus pais, sofreram um grande “corte” em suas vidas, segundo expressão de Elza Freire. Anistiar hoje Paulo Freire significa reconhecer a verdade. Todos precisam conhecê-la. Anistiar Paulo Freire significa também preservar a memória, papel da educação, e homenagear a causa que ele sempre defendeu: a democracia.

\* \* \*

Querido Paulo,

Chegou a hora de interromper esse diálogo, preciso terminar essa longa carta e gostaria de dizer que, modestamente, estamos tentando continuar e reinventar o seu legado.

Você deixou marcas profundas em muitas gentes, como seres humanos e profissionais de diversas áreas. Não apenas pelas suas ideias, mas, sobretudo, pelo seu compromisso ético-político. Para nós, do Instituto Paulo Freire, você continua sendo a grande referência de uma educação como prática da liberdade. Suas ideias poderão ter despertado controvérsias, mas não a sua pessoa. Muitas das mensagens recebidas no Instituto Paulo Freire, em São Paulo, logo depois do dia 2 de maio de 1997, dizem textualmente: "minha vida não seria a mesma se eu não tivesse lido a obra de Paulo Freire. O que ele escreveu ficará no meu coração e na minha mente". Essas mensagens revelaram o impacto teórico e afetivo sobre a vida de tantos seres humanos de muitas partes do mundo. Essas manifestações terminam sempre com o desejo de unir-se a outras pessoas e instituições para dar continuidade ao seu trabalho, ao seu compromisso, que era sobretudo o compromisso com os oprimidos.

Sim, Paulo vamos continuar lendo e estudando a sua obra, não para reproduzi-lo mecanicamente, mas para reinventá-lo. Alguns certamente gostariam de deixá-lo para trás na história das ideias pedagógicas e outros gostariam de esquecê-lo, por causa de suas opções políticas. Você não queria agradar a todos. Nem podia. Mas há uma unanimidade compartilhada por todos os seus leitores e todos os que o conheceram de perto: o respeito à





peessoa. Você sempre foi uma pessoa cordial, generosa, muito respeitosa. Podia discordar das ideias, mas respeitava as “gentes”, como você costumava dizer, mostrando um elevado grau de civilização. E mais: sua prática do diálogo o levava a respeitar também o pensamento daqueles e daquelas que não concordavam com você. Você não só convenceu tantas pessoas em tantas partes do mundo pelas suas teorias e práticas, mas também porque despertava nelas a capacidade de sonhar com uma realidade mais humana, menos feia e mais justa. Como legado você nos deixou a utopia.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *44 cartas do mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. Brasília: Liber, 2008.
- COSTA, Albertina de Oliveira et alii. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FAUNDEZ, Antonio. *A expansão da escrita na África e na América Latina: análise de processos de alfabetização*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, Ana Maria Araújo. *Paulo Freire: uma história de vida*. Indaiatuba: Villa das Letras, 2006.
- FREIRE, Elza. “Elza Freire, Setembro de 1977”. In: COSTA, Albertina de Oliveira et alii, 1980. *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, pp. 200-206.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma pedagogia da pergunta*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. *Essa escola chamada vida*. São Paulo: Ática, 1985.
- FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (primeira edição de 1970), 1978.
- \_\_\_\_\_. *A Pedagogia na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.





\_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. *La pedagogia degli oppressi*. Torino: Gruppo Abele, 2011.

GADOTTI, Moacir (org.). *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez, 1996.

KIRKENDALL, Andrew J. *Paulo Freire and the Cold War Politics of Literacy*. The University of North Carolina Press, 2010.

SAUL, Ana Maria (org.). *Paulo Freire e a formação de educadores: múltiplos olhares*. São Paulo: Articulação Universidade/Escola, 2000.

TORRES, Carlos Alberto. *Lectura crítica de Paulo Freire: ontologia de ensayos Latinoamericanos sobre la pedagogia de Paulo Freire*. Buenos Aires: Tierra Nueva, 1975.

